

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - %1% à %2%	18
DMPL - %1% à %2%	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	114
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	115
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	116
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	117

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.000.120
Preferenciais	0
Total	1.000.120
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	56.458.894	56.327.311
1.01	Ativo Circulante	12.963.011	12.662.929
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.840.368	3.258.743
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.486.705	2.434.441
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.486.705	2.434.441
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	2.486.705	2.434.441
1.01.03	Contas a Receber	5.048.066	4.677.935
1.01.03.01	Clientes	5.048.066	4.677.935
1.01.04	Estoques	329.537	293.529
1.01.06	Tributos a Recuperar	925.934	1.057.479
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	925.934	1.057.479
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	78.363	111.376
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	847.571	946.103
1.01.07	Despesas Antecipadas	659.148	280.851
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	673.253	659.951
1.01.08.03	Outros	673.253	659.951
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	397.432	379.888
1.01.08.03.02	Outros Ativos	206.046	208.313
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	32.546	33.717
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	37.229	38.033
1.02	Ativo Não Circulante	43.495.883	43.664.382
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.276.764	4.625.808
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	18.301	15.241
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	18.301	15.241
1.02.01.04	Contas a Receber	145.689	137.815
1.02.01.04.01	Clientes	145.689	137.815
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	278.987	281.290
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.833.787	4.191.462
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	0	522.822
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	29.781	29.905
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	689.138	677.530
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	909.901	907.353
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	217.671	214.880
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	199.402	206.670
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.337.755	1.081.633
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	450.139	550.669
1.02.02	Investimentos	1.341.639	1.368.286
1.02.02.01	Participações Societárias	1.341.639	1.368.286
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.341.639	1.368.286
1.02.03	Imobilizado	23.058.608	22.815.328
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.398.655	13.226.682
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.049.021	8.948.060
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	610.932	640.586
1.02.04	Intangível	14.818.872	14.854.960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.04.01	Intangíveis	14.818.872	14.854.960
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.524.379	2.336.003
1.02.04.01.03	Autorizações	8.422.648	8.630.978
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	759.676	775.810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	56.458.894	56.327.311
2.01	Passivo Circulante	14.733.859	12.827.248
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	410.966	353.256
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	410.966	353.256
2.01.02	Fornecedores	4.532.861	4.986.912
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.719.997	4.233.754
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	812.864	753.158
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.196.450	3.935.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.884.327	3.613.370
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	116.031	46.610
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	3.768.296	3.566.760
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	245.646	249.534
2.01.03.02.01	ICMS	245.646	249.534
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	66.477	72.274
2.01.03.03.01	ISS	66.477	72.274
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	338.673	348.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	320.671	348.353
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	289.772	315.533
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	30.899	32.820
2.01.04.02	Debêntures	18.002	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.254.909	3.203.549
2.01.05.02	Outros	5.254.909	3.203.549
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.764.069	671.525
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	245.085	224.275
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	302.700	299.354
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	276.521	280.422
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.577.413	1.629.698
2.01.05.02.08	Outros Passivos	89.121	98.275
2.02	Passivo Não Circulante	17.269.488	17.095.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.669.328	2.687.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	672.189	730.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	672.189	730.841
2.02.01.02	Debêntures	1.997.139	1.956.307
2.02.02	Outras Obrigações	13.042.764	12.840.525
2.02.02.02	Outros	13.042.764	12.840.525
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	38.015	38.286
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.163.647	1.180.428
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	544.092	559.445
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	11.209.648	10.946.148
2.02.02.02.09	Outros Passivos	87.362	116.218
2.02.04	Provisões	1.557.396	1.567.754
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.557.396	1.567.754
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	754.716	759.584
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	202.355	209.098
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	3.461	3.461

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	562.109	561.199
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	34.755	34.412
2.03	Patrimônio Líquido	24.455.547	26.404.636
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	362.858	369.569
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	25.726	19.416
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-16.472	-3.451
2.03.04	Reservas de Lucros	10.019.460	12.559.460
2.03.04.01	Reserva Legal	1.521.086	1.521.086
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.702.955	2.702.955
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.795.419	8.335.419
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	597.622	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.284	-2.284

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.393.641	6.095.529
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.084.002	-2.952.881
3.03	Resultado Bruto	3.309.639	3.142.648
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.017.501	-2.029.720
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.489.229	-1.465.720
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-435.666	-448.639
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	45.945	41.814
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-111.904	-134.674
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.647	-22.501
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.292.138	1.112.928
3.06	Resultado Financeiro	-598.466	-524.993
3.06.01	Receitas Financeiras	355.842	252.452
3.06.02	Despesas Financeiras	-954.308	-777.445
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	693.672	587.935
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	103.950	-68.512
3.08.01	Corrente	-152.172	-80.558
3.08.02	Diferido	256.122	12.046
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	797.622	519.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	797.622	519.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33	0,21
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,33	0,21

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	797.622	519.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	797.622	519.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.495.952	1.645.687
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.400.075	3.224.174
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	693.672	587.935
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.745.916	1.754.757
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	14.624	86.561
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	26.647	22.501
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	3.006	1.212
6.01.01.06	Planos de incentivo a longo prazo	6.310	4.544
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	63.968	89.608
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	1.567	2.762
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	203.492	213.852
6.01.01.10	Perdas por créditos de liquidação esperada	182.045	165.697
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	379.446	348.934
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-7.083	-7.032
6.01.01.13	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-79.315	-47.157
6.01.01.14	Resultado de operações com outros derivativos	165.780	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-904.123	-1.578.487
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-108.375	-464.275
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	134.938	186.717
6.01.02.03	Estoques	-36.008	-72.905
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-375.994	-425.014
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	4.820	9.624
6.01.02.06	Outros Ativos	3.443	335
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	57.710	76.416
6.01.02.08	Fornecedores	-438.778	-707.760
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	100.849	-22.422
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-105.379	-62.817
6.01.02.11	Autorizações a pagar	6.019	20.968
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-19.254	-18.523
6.01.02.13	Outros Passivos	-78.871	-98.831
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-49.243	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.332.594	-731.943
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-1.339.122	-1.354.545
6.02.03	Aporte de capital Fundo 5G	-84.984	0
6.02.04	Recebimento - Acordo com Banco C6	52.000	0
6.02.05	Resgates de títulos e valores mobiliários	2.107.991	2.055.343
6.02.06	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-2.084.000	-1.435.875
6.02.07	Outros	15.521	3.134
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.581.733	-2.006.993
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-98.956	-588.841
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-6.996	-30.054
6.03.04	Dividendos e JSCP pagos	-670.044	-645.112

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.03.05	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-401.805	-408.789
6.03.06	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-390.114	-358.895
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	-4.639	-4.514
6.03.08	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-13.021	-4.692
6.03.09	Incentivos de arrendamentos recebidos	3.842	33.904
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-418.375	-1.093.249
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.258.743	3.077.931
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.840.368	1.984.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.711	-2.540.000	-200.000	0	-2.746.711
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.310	0	0	0	6.310
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-13.021	0	0	0	-13.021
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-200.000	0	-690.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	797.622	0	797.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	797.622	0	797.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	362.858	10.019.460	597.622	-2.284	24.455.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147	0	-200.000	0	-200.147
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.196	0	0	0	6.196
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.343	0	0	0	-6.343
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-200.000	0	-200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	519.423	0	519.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	519.423	0	519.423
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.07	Saldos Finais	13.477.891	381.180	10.850.035	319.423	-3.313	25.025.216

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	7.218.981	6.888.736
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.401.026	7.054.433
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-182.045	-165.697
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.148.948	-2.031.880
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.215.391	-1.072.125
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-933.557	-959.755
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.070.033	4.856.856
7.04	Retenções	-1.745.916	-1.754.757
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.745.916	-1.754.757
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.324.117	3.102.099
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	163.415	229.952
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.647	-22.501
7.06.02	Receitas Financeiras	190.062	252.453
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.487.532	3.332.051
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.487.532	3.332.051
7.08.01	Pessoal	299.465	294.087
7.08.01.01	Remuneração Direta	196.435	201.494
7.08.01.02	Benefícios	75.238	65.571
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.203	19.778
7.08.01.04	Outros	7.589	7.244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.282.946	1.424.143
7.08.02.01	Federais	500.578	680.723
7.08.02.02	Estaduais	749.327	713.893
7.08.02.03	Municipais	33.041	29.527
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.106.345	1.094.398
7.08.03.01	Juros	786.310	774.799
7.08.03.02	Aluguéis	320.035	319.599
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	797.622	519.423
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	200.000
7.08.04.02	Dividendos	200.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	597.622	319.423
7.08.05	Outros	1.154	0
7.08.05.01	Investimento Social	1.154	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - %1% à %2%

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - %1% à %2%

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há consolidação.

Comentário do Desempenho



1T25 | RELEASE DE RESULTADOS

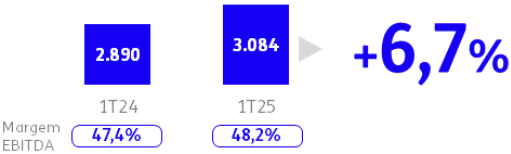
CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

06 de Maio de 2025, às:
10h (BRT) / 9h (US EST)
Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

A jornada de 2025 começa com resultados positivos

DESTAQUES DOS RESULTADOS

EBITDA e Margem EBITDA Normalizados*
(R\$ Mi; %A/A)



Execução operacional eficiente promovendo um crescimento sustentável do EBITDA com aumento da margem

Lucro Líquido Normalizado*
(R\$ Mi; %A/A)



Atingindo o maior nível de lucro líquido para um 1º trimestre na história da TIM

EBITDA-AL Normalizado* menos Capex
(R\$ Mi; %A/A)



O crescimento de dois dígitos no fluxo de caixa operacional reflete nosso desempenho geral positivo

+5,6%
de Crescimento
A/A da Receita de
Serviços no 1T25

+6,2%
de Crescimento
A/A da Receita de
Serviços Móveis
no 1T25

+13,9%
de Expansão
A/A na Receita
do Pós-pago no
1T25

+6,5%
de Crescimento
A/A do EBITDA-
AL* no 1T25

Balanco Patrimonial Forte
R\$ 5,3 Bi em caixa
(+58% A/A) no
1T25, com ΔCG de
+R\$ 0,6 Bi A/A

R\$ 690 Mi
Anunciados
como JSCP no
1T25



Nova frente com parcerias no setor energético
Parcerias no mercado livre de energia com foco em clientes corporativos e na distribuição com foco no B2C

Thopen Eletrobras

Fim da disputa com o C6:
Extinção dos processos arbitrais e transferência da totalidade das ações detidas pela TIM para o C6, bem como todos os bônus de subscrição em circulação



A TIM está aumentando sua presença no setor de Utilities

As soluções de IoT da TIM oferecem ampla cobertura e monitoramento em tempo real, garantindo uma gestão eficiente e eficaz dos recursos como água, energia elétrica, gás e iluminação inteligente

Programa de Eficiência: Múltiplos Níveis

Organiza- cional	Revisão e reorganização para colocar as pessoas certas nos lugares certos, requalificar a força de trabalho e simplificar a organização reduzindo níveis hierárquicos
Tecnoló- gico	Iniciativas de contínuo foco em digitalização e expansão da adoção de inteligência artificial
Make or buy	Atividades específicas transferidas para parceiros com processos e sistemas mais novos
Disciplina	Gestão ativa dos contratos e projetos de eficiência de custo por área

3Bs: Estudo de caso em São Paulo

Mais capacidade modernização	Renovação de infraestrutura beneficiará cerca de 10 milhões de clientes TIM é líder em todas as regiões de São Paulo com 3 mil sites modernizados e aumento de quase 40% na cobertura 5G
Loja Ícônica	Uma jornada completa para aprimorar a experiência dos clientes
TIM Music	Uma jornada completa para aprimorar a experiência dos clientes



* EBITDA e Lucro Líquido normalizados conforme itens apontados em suas respectivas seções. EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

Comentário do Desempenho



1T25

RELEASE DE RESULTADOS

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

06 de Maio de 2025, às:
10h (BRT) / 9h (US EST)
Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Descrição	1T25	1T24	%A/A	4T24	%T/T
<i>FINANCEIRO (R\$ milhões)</i>					
Receita Líquida	6.394	6.096	4,9%	6.631	-3,6%
Receita de Serviços	6.240	5.909	5,6%	6.343	-1,6%
Serviço Móvel	5.922	5.577	6,2%	6.015	-1,5%
Serviço Fixo	319	332	-4,1%	328	-2,9%
Custos Normalizados* da Operação	(3.310)	(3.205)	3,3%	(3.285)	0,8%
EBITDA Normalizado*	3.084	2.890	6,7%	3.346	-7,8%
Margem EBITDA Normalizada*	48,2%	47,4%	0,8p.p.	50,5%	-2,2p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	810	519	56,0%	1.055	-23,2%
Capex	1.339	1.355	-1,1%	1.375	-2,6%
EBITDA-AL Normalizado* - Capex	1.001	843	18,7%	1.227	-18,4%
<i>OPERACIONAL ('000)</i>					
Base Móvel de Clientes	62.039	61.420	1,0%	62.058	-0,03%
Pré-pago	31.269	33.312	-6,1%	31.857	-1,8%
Pós-pago	30.770	28.108	9,5%	30.202	1,9%
Base de Clientes TIM Ultrafibra	790	806	-2,0%	790	0,1%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 19,0 milhões no 1T25 e +R\$ 10,0 milhões no 4T24). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e por efeitos não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social (-R\$ 6,5 milhões no 1T25 e -R\$ 3,4 milhões no 4T24).



Comentário do Desempenho

EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES



Remuneração aos acionistas

No dia 27 de março de 2025, a TIM anunciou a distribuição de R\$ 2,05 bilhões a títulos de dividendos, e nos meses de fevereiro e março de 2025, anunciou um valor total de R\$ 690 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio. Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.:

[Dividendos e JCP](#)



Encerramento da disputa com C6

A TIM e Banco C6 ("C6") firmaram um acordo que encerrou todas as disputas relacionadas à parceria entre as duas empresas e, conseqüentemente, extinguiu os quatro processos arbitrais que estavam em curso. O acordo estabeleceu a transferência da totalidade das ações detidas pela TIM para o C6, bem como todos os bônus de subscrição em circulação. Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)



Operação de Grupamento e Desdobramento

No dia 27 de março de 2025, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da TIM foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, e de subsequente desdobramento, de modo que 1 (uma) ação grupada passe a corresponder a 100 (cem) ações, sem alteração do valor do capital social da Companhia, nem do seu número total de ações. A Operação não afetará os valores mobiliários negociados no mercado americano (ADR – *American Depositary Receipt*). Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS

Receita Operacional

Evolução consistente da receita apoiada pelo segmento móvel

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida Total	6.394	6.096	4,9%	6.631	-3,6%
Receita de Serviços	6.240	5.909	5,6%	6.343	-1,6%
Serviço Móvel	5.922	5.577	6,2%	6.015	-1,5%
Gerada pelo Cliente	5.542	5.191	6,8%	5.549	-0,1%
Interconexão	84	94	-11,5%	85	-1,8%
Plataforma de Clientes	22	31	-30,5%	117	-81,5%
Outras Receitas	274	260	5,3%	264	3,9%
Serviço Fixo	319	332	-4,1%	328	-2,9%
dos quais TM Ultrafibre	218	229	-4,5%	224	-2,7%
Receita de Produtos	153	186	-17,6%	288	-46,7%

A Receita Líquida Total cresceu 4,9% A/A no 1T25, tendo como principal alavanca o desempenho positivo da Receita de Serviços Móveis, apoiada pelo forte desempenho do Pós-pago. Já a Receita de Serviços aumentou 5,6% A/A.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Serviço Móvel (“RSM”) teve aumento de 6,2% A/A no 1T25, impulsionada por mais um crescimento de dois dígitos do Pós-pago, em meio a busca da TIM pela consolidação da melhor proposta de valor para os clientes, apoiada em nossos pilares estratégicos. Isso levou o ARPU Móvel (receita média mensal por usuário) a atingir R\$ 31,9, o maior patamar histórico para um primeiro trimestre, com crescimento de 5,0% A/A.

A Receita Gerada pelo Cliente (“RGC”), que representa a RSM após exclusão das receitas de interconexão, plataforma de clientes e outras receitas, atingiu R\$ 5.542 milhões no 1T25, evolução de 6,8% A/A, em função do forte desempenho da receita gerada pelos clientes pós-pagos.

A Receita de Interconexão (ITX) caiu 11,5% A/A no 1T25, acompanhando a redução do tráfego entrante.

A Receita de Plataforma de Clientes somou R\$ 22 milhões no 1T25 frente a R\$ 31 milhões no 1T24. Essa variação ocorreu principalmente devido a redução das receitas de serviços financeiros em meio ao encerramento da parceria com o Banco C6.

A linha de Outras Receitas cresceu 5,3% A/A no 1T25, em decorrência do aumento de receitas nos projetos de IoT.

Abaixo o detalhamento do desempenho de cada perfil de cliente móvel:

Comentário do Desempenho

A Receita do Pós-pago expandiu 13,9% A/A no 1T25, com o ARPU do Pós-pago atingindo R\$ 43,8 (+4,0% A/A), e com o **ARPU do Pós-pago ex-M2M atingindo R\$ 54,3, aumentando 6,5% A/A**. Esse resultado reflete o foco da Companhia em monetizar sua base através dos mecanismos de migração para planos de mais alto valor (no 1T25, a migração do plano Controle para o Pós-pago Puro expandiu 20,3% A/A), na manutenção dos níveis de desconexão em patamares baixos (0,8% para clientes pós-pago ex-M2M) e pelo impacto dos reajustes anuais de preço para parte da base de clientes, iniciado em março.

A Receita do Pré-pago caiu 10,9% A/A no 1T25, com ARPU do Pré-pago atingindo R\$ 13,8 (-5,5% A/A). Essa redução é explicada pela maior migração dos clientes pré-pagos para os planos Controle e por uma redução da recorrência das recargas.

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo registrou queda 4,1% A/A no 1T25. **Já a TIM Ultrafibra**, principal linha do segmento, **teve recuo de 4,5% A/A no 1T25, com ARPU atingindo R\$ 93,2 (-2,7% A/A)**, impactada principalmente por: (i) um ambiente competitivo mais pressionado por preço; e (ii) por uma abordagem mais seletiva com foco na otimização e eficiência da operação.

Detalhamento da Receita de Produtos (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Produtos teve queda de 17,6% A/A no 1T25. O desempenho foi afetado principalmente por: (i) efeito de base comparativa mais justa no 1T25, uma vez que as vendas de produtos de B2B IoT e acessórios tiveram início no último trimestre de 2023; e (ii) por um efeito sazonal na venda de aparelhos.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

A busca contínua por eficiência se traduz em desaceleração do crescimento dos custos

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
R\$ milhões					
Custos Reportados da Operação	3 329	3 205	3,9%	3 295	1,0%
Custos Normalizados* da Operação	3 310	3 205	3,3%	3 285	0,8%
Pessoal	358	364	-1,7%	390	-8,3%
Comercialização	963	980	-1,8%	908	6,0%
Rede e Interconexão	1 322	1 135	16,5%	1 194	10,7%
Gerais e Administrativos	211	220	-4,2%	240	-12,1%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	209	248	-15,7%	341	-38,8%
Provisão para Devedores Duvidosos	182	166	9,9%	181	0,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	66	93	-29,0%	30	121,0%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	3 101	2 958	4,9%	2 944	5,4%

* Custos da Operação normalizados por: custos com serviços de consultoria jurídica no âmbito do encerramento da disputa com C6 (+R\$ 19,0 milhões no 1T25) e despesas atreladas ao ajuste de preço no contrato de venda da I-Systems (+R\$ 10,0 milhões no 4T24).

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 3.310 milhões no 1T25, um aumento de 3,3% A/A. Esse incremento anual reflete o impacto, ainda significativo, das despesas com rede e interconexão, que foram afetada pelos efeitos do *roaming* internacional e provedores de conteúdo. Ainda assim, esse aumento foi menor do que a inflação registrada no período (IPCA acumulado de 12 meses encerrando em março de 2025: 5,48%¹).

Detalhamento dos Custos e Despesas Normalizados:

Os custos com Pessoal registraram queda de 1,7% A/A no 1T25, principalmente em razão de um menor nível de provisões de remuneração variável atreladas à participação dos colaboradores nos resultados da Companhia.

A linha de Comercialização teve redução de 1,8% A/A no 1T25, explicado principalmente por menores despesas com as taxas de Fistel.

As despesas de Rede e Interconexão tiveram aumento de 16,5% A/A no 1T25, majoritariamente impactada por um nível superior de despesas com serviços de *roaming* internacional, como reflexo de um crescente volume de tráfego, e por maiores gastos com provedores de conteúdo, em virtude do trabalho constante de desenvolvimento das ofertas.

As despesas Gerais e Administrativas (G&A) normalizadas² reduziram em 4,2% A/A no 1T25, devido a menores gastos com serviços jurídicos.

¹ Fonte: IBGE
² A linha de Despesas Gerais e Administrativas teve impacto não recorrente de R\$ 19,0 milhões no 1T25, referente aos custos com serviços de consultoria jurídica no âmbito do encerramento da disputa com C6.

Comentário do Desempenho

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) caiu 15,7% A/A no 1T25, em linha com a redução da venda de produtos no período.

A linha de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) teve alta de 9,9% A/A no 1T25, como efeito de uma maior exposição devido a crescente base pós-paga (quase 10% superior se comparado ao mesmo período do ano passado). Ainda assim, **a relação da PDD com a receita bruta segue em um patamar saudável de 1,9%** (vs. 1,9% no 1T24).

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Normalizadas³ tiveram queda de 29,0% A/A no 1T25, principalmente em função de um menor nível de provisões para contingências fiscais.

³ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais teve impacto não recorrente de R\$ 10,0 milhões no 4T24, referente a despesas atreladas ao ajuste de preço no contrato de venda da I-Systems.

Comentário do Desempenho

Do EBITDA ao Lucro Líquido

A execução operacional eficiente impulsiona um crescimento consistente do EBITDA com expansão da Margem

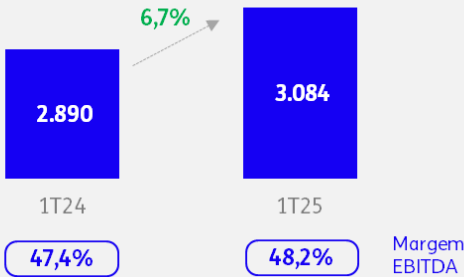
Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
Norm alizado (R\$m ilhões)					
EBITDA Norm alizado*	3.084	2.890	6,7%	3.346	-7,8%
Margem EBITDA Norm alizada*	48,2%	47,4%	0,8p p.	50,5%	-2,2p p.
EBITDA-AL Norm alizado*	2.340	2.198	6,5%	2.602	-10,1%
Margem EBITDA-AL Norm alizada*	36,6%	36,1%	0,5p p.	39,2%	-2,6p p.
Depreciação & Am ortização	(1.746)	(1.755)	-0,5%	(1.725)	1,2%
Depreciação	(1.266)	(1.276)	-0,7%	(1.247)	1,5%
Am ortização	(479)	(479)	0,1%	(478)	0,3%
Equivalência Patrim onial	(27)	(23)	18,4%	(22)	18,9%
EBIT Norm alizado*	1.311	1.113	17,8%	1.598	-18,0%
Margem EBIT Norm alizada*	20,5%	18,3%	2,2p p.	24,1%	-3,6p p.
Resultado Financeiro Líquido	(598)	(525)	14,0%	(450)	33,0%
Despesas Financeiras	(705)	(754)	-6,5%	(741)	-4,9%
Receitas Financeiras Norm alizado*	140	221	-36,9%	245	-43,2%
Variações Cambiais, Líquidas	(33)	8	n a.	46	n a.
Lucro Antes dos In postos Norm alizado*	713	588	21,2%	1.148	-37,9%
In posto de Renda e Cont.Social Norm alizado*	97	(69)	n a.	(94)	n a.
Lucro Líquido Norm alizado*	810	519	56,0%	1.055	-23,2%
Total de Itens Norm alizados	(13)	-	n a.	(7)	90,0%
Reportado (R\$m ilhões)					
EBITDA Reportado	3.065	2.890	6,0%	3.336	-8,1%
Margem EBITDA Reportada	47,9%	47,4%	0,5p p.	50,3%	-2,4p p.
EBIT Reportado	1.292	1.113	16,1%	1.588	-18,6%
Margem EBIT	20,2%	18,3%	2,0p p.	24,0%	-3,7p p.
Resultado Financeiro Líquido	(598)	(525)	14,0%	(450)	33,0%
Lucro Antes dos In postos	694	588	18,0%	1.138	-39,1%
In posto de Renda e Cont.Social Reportado	104	(69)	n a.	(90)	n a.
Lucro Líquido Reportado	798	519	53,6%	1.048	-23,9%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 19,0 milhões no 1T25 e +R\$ 10,0 milhões no 4T24). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e por efeitos não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social (-R\$ 6,5 milhões no 1T25 e -R\$ 3,4 milhões no 4T24).

Comentário do Desempenho

EBITDA⁴(Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial):

EBITDA e Margem Normalizados
(R\$ mi; %A/A)



O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 3.084 milhões no 1T25, representando um avanço de 6,7% A/A. Isso levou a Margem EBITDA Normalizada a atingir 48,2%, o melhor resultado para um primeiro trimestre de ano, representando uma expansão de 0,8 p.p. A/A. Esse resultado reflete a evolução consistente da receita de serviços móveis e um controle contínuo dos custos.

EBITDA Após Leases (AL)

Retornando com os efeitos dos arrendamentos (“leases”) para dentro do EBITDA, o EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado, excluindo o impacto das multas aplicadas no descomissionamento de sites, apresentou um crescimento de 6,5% A/A no 1T25, com Margem de 36,6%, +0,5 p.p. A/A. Esse resultado reflete a sólida evolução do EBITDA, ainda que impactada pela combinação de: (i) reajuste anual sobre os contratos de lease; e (ii) um nível menor de incentivos contratuais.

EBITDA-AL



EBITDA-AL Normalizado
(R\$ mi)



⁴ EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de “Custos”.

Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização (D&A)

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Depreciação	(1.266)	(1.276)	-0,7%	(1.247)	1,5%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(415)	(471)	-11,9%	(426)	-2,5%
Amortização	(479)	(479)	0,1%	(478)	0,3%
D & A Total	(1.746)	(1.755)	-0,5%	(1.725)	1,2%

A linha de D&A apresentou queda de 0,5% A/A no 1T25, como reflexo da redução da depreciação sobre direitos de uso de arrendamentos do IFRS 16, em parte compensada por uma maior depreciação relacionada à equipamentos de infraestrutura.

Resultado Financeiro Líquido

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
<i>R\$ milhões</i>					
Itens Caixa	(413)	(506)	-18,5%	(411)	0,5%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(68)	(82)	-17,3%	(71)	-3,6%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	167	106	57,5%	130	28,7%
Juros sobre Arrendamentos	(372)	(342)	8,9%	(353)	5,6%
Outros	(139)	(188)	-26,0%	(117)	18,9%
Itens Não Caixa	(186)	(19)	899,1%	(39)	373,0%
Marcação a Mercado de Derivativos	(20)	(19)	7,9%	(41)	-50,8%
Marcação a Mercado do C6	(166)	-	n.a.	-	n.a.
Outros	-	-	n.a.	1	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(598)	(525)	14,0%	(450)	33,0%

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 598 milhões no 1T25, uma piora de 14,0% A/A vs. 1T24. Esse resultado é explicado pelo ajuste referente ao valor do C6, fruto da diferença entre o valor reconhecido e o valor do ativo firmado no acordo, e por um patamar maior de juros sobre arrendamento, em razão dos reajustes contratuais e de um menor patamar de cancelamento. Tais efeitos foram parcialmente compensados por: (i) maior rentabilidade do caixa, devido a uma Selic maior e um maior nível de caixa médio; e (ii) menos juros relacionados a dívida, fruto de uma redução do nível de endividamento.

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na visão Normalizada⁵, o Imposto de Renda e a Contribuição Social (“IR/CS”) totalizou R\$ 97 milhões no 1T25 em comparação a -R\$ 69 milhões no 1T24, levando a uma alíquota efetiva de 13,7% vs. -11,7% no primeiro trimestre de 2024. A variação é explicada principalmente pela deliberação de Juros sobre Capital Próprio, que totalizou R\$ 690 milhões no 1T25, em comparação a R\$ 200 milhões no 1T24. Entretanto, outros efeitos também contribuíram, como o aumento dos benefícios com SUDAM/SUDENE e o efeito do acordo com o C6.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido Normalizado⁶ totalizou R\$ 810 milhões no 1T25, representando o 8º trimestre consecutivo de expansão anual de dois dígitos, +56,0% A/A. Esse resultado robusto simboliza mais um recorde: o maior patamar de lucro líquido já registrado pela Companhia em um primeiro trimestre. Isso levou o Lucro por Ação (LPA) Normalizado para R\$ 0,33 vs. R\$ 0,21 no 1T24.

INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA

Capex

A alocação criteriosa dos investimentos contribui para uma geração de caixa saudável

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
R\$ m ilhões					
Rede	1.028	984	4,5%	906	13,4%
TI e Outros	311	371	-16,1%	469	-33,6%
Capex	1.339	1.355	-1,1%	1.375	-2,6%
Capex/Receita Líquida	20,9%	22,2%	-1,3p.p.	20,7%	0,2p.p.

O Capex alcançou R\$ 1.339 milhões no 1T25, uma redução de 1,1% A/A, mantendo a sazonalidade esperada e, portanto, segue inalterada a projeção para o Capex do ano. Em 2025, os investimentos começaram mais concentrados em rede, com a modernização da infraestrutura de São Paulo, enquanto em 2024 se concentraram mais em TI, em virtude de uma expansão acelerada das iniciativas de digitalização, que tiveram efeitos positivos posteriormente, especialmente na melhora dos indicadores de atendimento a clientes. Já o indicador Capex sobre a Receita Líquida atingiu 20,9% no 1T25 vs. 22,2% no 1T24, uma redução de 1,3 p.p. A/A.

Fluxo de Caixa

⁵ A linha de Imposto de Renda e Contribuição Social teve efeitos não recorrentes no montante de -R\$ 6,5 milhões no 1T25 e -R\$ 3,4 milhões no 4T24.

⁶ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido”.

Comentário do Desempenho

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
R\$ milhões					
EBITDA Reportado	3.065	2.890	6,0%	3.336	-8,1%
Capex	(1.339)	(1.355)	-1,1%	(1.375)	-2,6%
EBITDA Reportado - Capex	1.726	1.536	12,4%	1.962	-12,0%
Δ Capital de Giro e Imposto de Renda*	(643)	(1.237)	-48,0%	1.331	n.a.
Pagamento de Leases**	(788)	(734)	7,4%	(939)	-16,0%
dos quais Multas	(31)	(27)	17,3%	(177)	-82,4%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	294	(435)	n.a.	2.354	-87,5%

* A variação de Capital de Giro e Imposto de Renda exclui os impactos relacionados a EXA no 4T24.
** Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de arrendamentos em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 3,8 milhões no 1T25, +R\$ 9,9 milhões no 4T24, +R\$ 14,1 milhões no 3T24, +R\$ 31,6 milhões no 2T24 e +R\$ 33,9 milhões no 1T24).

O EBITDA Normalizado (-) Capex somou R\$ 1.745 milhões no 1T25, um aumento de 13,6% A/A. Retornando os efeitos dos arrendamentos, o EBITDA-AL Normalizado⁷ (-) Capex totalizou R\$ 1.001 milhões no período, uma evolução de dois dígitos (+18,7% A/A), com a Margem de 15,7%.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (“FCOL”) totalizou R\$ 294 milhões no 1T25, uma melhora de R\$ 729 milhões A/A. A expansão reflete a evolução do fluxo de caixa operacional, impulsionada pelo aumento do EBITDA e por uma variação de capital de giro menos negativa, graças à melhora nas linhas de estoque e fornecedores, principalmente pela redução do impacto da linha de *roaming* internacional. Além disso, houve também uma melhora na linha de impostos, taxas e contribuições e no contas a receber de clientes, que apresentou um efeito sazonal menos impactante se comparado ao 1T24.



⁷ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e excluindo o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 4 – EBITDA After Lease.

Comentário do Desempenho

Posição de Caixa

Já as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 5.327 milhões ao final de março de 2025, representando um aumento de 58,0% A/A, refletindo a melhora operacional da Companhia.

É válido destacar ainda que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 31 de março 2025 foi de R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 2,8 bilhões de principal e R\$ 806 milhões de juros moratórios incidentes.

Comentário do Desempenho

DÍVIDA

Perfil da Dívida

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R\$ milhões						
KFW Finvera	USD	SOFR + 1,17826%	12/25	31	-	31
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1682% a.a.	06/28	18	1.997	2.015
BNDES Finame	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	317	373
BNDES Finem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	47	-	47
BNB	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	187	355	541
Dívida Financeira Total				339	2.669	3.008
Libença (SG)	BRL	Selec	12/40	64	902	966
Dívida Total Antes do Lease				403	3.571	3.974
Lease Total	BRL	IPCA/GP-M (12,97% a.a.)	10/29	1.545	11.010	12.555
Dívida Total				1.947	14.582	16.529

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

Descrição	1T25	4T24	3T24	2T24
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	339	348	401	379
Dívida de Longo Prazo	2.669	2.687	2.732	2.717
Dívida Financeira Total	3.008	3.036	3.133	3.096
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.327)	(5.693)	(4.332)	(3.312)
Derivativos Líquidos-ex C6	(152)	(156)	(145)	(172)
Dívida Financeira Líquida	(2.471)	(2.813)	(1.344)	(388)
Libença (SG)	966	991	1.029	1.002
Dívida Líquida AL	(1.505)	(1.822)	(315)	614
Lease Total	12.555	12.335	12.268	12.240
Dívida Líquida Total	11.050	10.513	11.953	12.854
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Norm alizado*	-0,15x	-0,19x	-0,03x	0,07x
Dívida Líquida Total/EBITDA Norm alizado	0,86x	0,83x	0,96x	1,05x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

Dívida LP Por Vencimento

Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2026	913	1.882
2027	969	2.345
2028	817	2.202
2029	119	1.292
Após 2029	753	6.861
Dívida Total	3.571	14.582

A Dívida Total (pós-hedge), incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 152 milhões, somou R\$ 16.377 milhões ao final de março de 2025, o que representa um aumento de R\$ 63 milhões frente ao 1T24. O aumento reflete basicamente o aumento da posição de lease total, ainda que parcialmente compensada por uma redução da dívida financeira.



Comentário do Desempenho

NOVOS NEGÓCIOS

Ecossistema Digital

Publicidade Móvel e Monetização de Dados



No 1T25, mantivemos o forte **crescimento de 283% A/A** em volume de campanhas veiculadas utilizando as plataformas do TIM Ads, estimulado pela recorrência de campanhas de anunciantes relevantes e entrada de novas marcas.

Serviços de Educação



Na vertical de Educação em parceria com o Descomplica atingimos até março de 2025 **mais de 800 mil** clientes TIM cadastrados na plataforma, sendo destes **mais de 190 mil** registrados no curso de Inteligência Artificial e Chat GPT.

Serviços de Saúde



Na vertical de Saúde, em parceria com o Cartão de Todos, atingimos no 1T25 **mais de 218 mil** assinaturas desde o início da operação, além de **mais de 455 mil** registros na plataforma.

Serviços de Energia



Em março, iniciamos o piloto da nova parceria de Serviços de Energia com a Thopen, através do modelo de geração distribuída, voltado para clientes pessoa física. A parceria fornecerá descontos na conta de luz para clientes TIM sem necessidade de investimento ou custo, sendo a TIM remunerada por um modelo de *revenue share*. Além disso, estamos implementando uma nova parceria com a Eletrobras, voltada para clientes Corporativos, para fornecimento de energia renovável através do mercado livre, com modelo de remuneração por comissão e piloto iniciando no 2T25.

Comentário do Desempenho



B2B

A receita total contratada de B2B totalizou **R\$ 778 milhões** no 1T25, com a receita de iniciativas de Logística representando 40% da receita total contratada, seguida por 39% da receita de Agro e 18% da receita de Utilities.

Receita Total Contratada



Utilities: O TIM IoT Solutions oferece ampla cobertura e monitoramento em tempo real, garantindo o gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos



Agronegócio

+ 20,7 Milhões de hectares 4G



Logística

+ 5,9 Mil Km cobertos em rodovias, e conectividade 5G no Porto de Santos



5Mil

Pontos de telemetria de gás vendidos



+20 Clientes



60Mil

Pontos de telemetria para medição de água vendidos



80Mil

Pontos de telemetria e comando para medição de energia vendidos



362Mil

Pontos de telegestão de iluminação pública vendidos

Comentário do Desempenho

INDICADORES OPERACIONAIS

Descrição	1T25	1T24	% A/A	4T24	% T/T
Base Móvel de Clientes (000)	62.039	61.420	1,0%	62.058	-0,03%
Pré-Pago	31.269	33.312	-6,1%	31.857	-1,8%
Pós-Pago	30.770	28.108	9,5%	30.202	1,9%
Pós-Pago ex-M 2M	24.513	22.995	6,6%	24.238	1,1%
Adições Líquidas Base Móvel (000)	(20)	171	n.a.	(91)	-78,4%
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M 2M (000)	275	415	-33,8%	357	-23,1%
ARPU Móvel (R\$)	31,9	30,3	5,0%	32,3	-1,4%
Pré-Pago	13,8	14,6	-5,5%	14,7	-6,1%
Pós-Pago	43,8	42,1	4,0%	43,1	1,6%
Pós-Pago ex-M 2M	54,3	51,0	6,5%	53,2	2,2%
Churn Mensal (%)	2,9%	2,8%	0,1p.p.	3,0%	-0,1p.p.
Market share*	23,5%	23,8%	-0,3p.p.	23,6%	-0,1p.p.
Pré-Pago	31,1%	31,1%	-	31,2%	-0,1p.p.
Pós-Pago	18,8%	18,6%	0,2p.p.	18,7%	0,1p.p.
Pós-Pago ex-M 2M	21,2%	21,3%	-0,1p.p.	21,3%	-0,1p.p.
Base de Clientes TM Ultrafibra (000)	790	806	-2,0%	790	0,1%
FTTH	761	733	3,8%	752	1,2%
ARPU TM Ultrafibra (R\$)	93,2	95,8	-2,7%	95,5	-2,4%

* Dados publicados pela Anatel relativos a fevereiro de 2025.

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Destaques ASG do 1T25

Ambiental

- A TIM conquistou, pelo segundo ano consecutivo, a nota máxima A no questionário do CDP Climate Change, permanecendo no seleto grupo “A List” de empresas consideradas líderes globais na gestão das mudanças climáticas. O reconhecimento, reforça o compromisso da Companhia com mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de suas operações e na adaptação das operações aos efeitos das mudanças climáticas.
- Como parte da evolução do projeto Geração Distribuída, a TIM terminou o 1º trimestre com 133 usinas em operação. O projeto é responsável por promover o abastecimento de mais de 17 mil sites com a utilização de usinas de energia renovável, com predominância de plantas solares. Além disso, 100% da energia elétrica consumida pela TIM é oriunda de fontes renováveis (com aquisição de I-RECs).
- A TIM encerrou o 1º TRI com 1.871 biosites ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação.

Social

- Em parceria com o Mulheres Positivas, a CMI Business Transformation e outras empresas referências no setor, a TIM lançou um programa de mentoria para empoderar e acelerar a carreira de mulheres na tecnologia. A iniciativa reforçar o compromisso da operadora com a equidade de gênero no mercado de trabalho.
- Outra iniciativa da Companhia na busca pela maior equidade de gênero nas áreas de tecnologia e em celebração ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, comemorado em 11 de fevereiro, foi a criação de um banco de talentos voltado exclusivamente para o público feminino. Atualmente, as mulheres representam nas equipes de Tech e TI da TIM, 26% e 35%, respectivamente, e 51% das vagas de estágio nessas áreas foram preenchidas por mulheres.
- A Bateria do Instituto TIM marcou mais uma vez presença no Carnaval carioca, integrando o tradicional Mini Bloco, realizado na Praça Xavier de Brito, na Tijuca, no Rio de Janeiro. Composta por mais de 50 crianças, jovens e adultos, com e sem deficiência, a iniciativa reafirma seu compromisso com a promoção da inclusão social por meio da música. Sob a condução do mestre Mangueirinha, o grupo embalou a festividade com entusiasmo e maestria, encantando os pequenos foliões e reafirmando o valor da diversidade.
- O ciclo de execução do Edital Fortalecendo Redes, lançado em 2023 pelo Instituto TIM em parceria com a Gerando Falcões, foi concluído em janeiro de 2025. A iniciativa destinou R\$ 1 milhão para apoiar 10 organizações da sociedade civil da rede Gerando Falcões em projetos de fortalecimento institucional e impacto comunitário. Com mais de mil beneficiários diretos, entre crianças, adolescentes, jovens e equipes

Comentário do Desempenho

das organizações, e cerca de 9 mil beneficiários indiretos, o edital impulsionou avanços expressivos na estruturação de equipes, captação de recursos, comunicação institucional e ampliação do atendimento local.

Governança

- O Grupo TIM publicou, no final do primeiro trimestre, seu Relatório de Sustentabilidade 2024. O documento foi elaborado conforme as novas diretrizes da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). Como integrante do Grupo, a TIM Brasil contribuiu com informações nas dimensões ambientais, sociais e de governança.
- Pelo quarto ano consecutivo, a TIM foi considerada uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A Companhia foi, novamente, incluída no Sustainability Yearbook 2025 pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

Prêmios e Conquistas:



**Prêmio CDP "A List"
Climate 2024**



**Relatório ESG da TIM
reconhecido pelo CEBDS
como um dos melhores do
mercado Brasileiro**



**Ficamos em 8º lugar no GPTW
Brasil como uma das
melhores empresas para se
trabalhar**



**A TIM foi considerada uma
das empresas mais
sustentáveis do mundo pela
S&P Global ESG**

Comentário do Desempenho

Aviso Legal

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2025 ("1T25"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

CONTATOS DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefones: (+55 21) 4109-3360 / 4112-6048

E-mail: ri@timbrasil.com.br

Website de Relações com Investidores: ri.tim.com.br



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59 % do capital social da TIM S.A. em 31 de março de 2025 (66,59% em 31 de dezembro de 2024).

O grupo TIM ("Grupo") é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 31 de março de 2025, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) na companhia I-Systems (coligada).

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Crítérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Notas Explicativas

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$797.622. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$1.770.848. A Companhia entende que existe um movimento sazonal de redução do fluxo de caixa operacional no início do ano por pagamento de obrigações e taxas regulatórias. Em 31 de março de 2025, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$24.455.547.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o caixa gerado pelas operações até 31 de março de 2025 é positivo em R\$ 2,5 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

Notas Explicativas

d. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação não controladora. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como ganho por compra vantajosa após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de maio de 2025.

Notas Explicativas

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2025.

IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB.

O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Notas Explicativas

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alteração IFRS 9 – Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

Norma Contábil IFRS para PMEs (Pequenas e Médias Empresas)

Em fevereiro de 2025, o IASB emitiu uma atualização significativa para o Padrão de Contabilidade IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

Notas Explicativas

A atualização resulta de uma revisão periódica abrangente da Norma e inclui aprimoramentos no modelo de reconhecimento de receita, na consolidação dos requisitos de mensuração do valor justo em um único local, além da atualização dos requisitos para combinações de negócios, consolidações e instrumentos financeiros. Esta atualização contribuirá para a melhoria da qualidade das informações prestadas aos usuários das demonstrações financeiras das PMEs, mantendo a simplicidade da Norma.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia avaliou que esta atualização não é aplicável, uma vez que se trata de uma companhia aberta e de grande porte, estando, portanto, sujeita à adoção integral das normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Provisão para processos judiciais e administrativos tributários*

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(b) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 18), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

Notas Explicativas

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	03/2025	12/2024
Caixa e bancos	31.576	81.177
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB/Compromissadas	2.808.792	3.177.566
	2.840.368	3.258.743

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Bancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações em 2025, referente aos CDB's é de 100,25% a.a. (101,09% em 31 de dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	03/2025	12/2024
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	18.301	15.241
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	4.371	2.404
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(a)	1.694.680	1.716.706
CDB ^(b)	28.716	18.897
Letra Financeira ^(c)	441.352	394.343
Outros ^(d)	317.586	302.091
	2.505.006	2.449.682
Parcela circulante	(2.486.705)	(2.434.441)
Parcela não circulante	18.301	15.241

Notas Explicativas

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2025 foi de 0,13% a.a. (1,47 % a.a em 31 de dezembro de 2024).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no primeiro trimestre de 2025 foi de 99,68% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,20% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no primeiro trimestre de 2025 dos FIC's foi de 103,71% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (105,14% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

	03/2025	12/2024
Contas a receber de clientes	5.193.755	4.815.750
Contas a receber bruta	5.861.076	5.486.319
Serviços faturados	2.423.107	2.481.786
Serviços a faturar (<i>unbilled</i>)	1.352.187	1.302.906
Uso de rede	972.180	992.414
Venda de mercadorias	622.686	684.858
Ativo contratual (nota 23)	22.586	24.027
Outros valores a receber (i)	468.000	-
Outras contas a receber	330	328
Perdas por crédito de liquidação esperada	(667.321)	(670.569)
Parcela circulante	(5.048.066)	(4.677.935)
Parcela não circulante	145.689	137.815

(i) Valores a receber decorrentes do Acordo firmado entre a TIM e o Banco C6 em 11 de fevereiro de 2025, após a aprovação da CIMA (Autoridade Monetária das Ilhas Cayman) em março de 2025, para a alienação de todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM (nota 36) da Companhia no C6 Bank, pelo valor total de R\$ 520 milhões. Até 31 de março de 2025, aproximadamente 10% do valor foi recebido. O saldo remanescente, no montante de R\$ 468 milhões, será liquidado durante o exercício.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	03/2025	12/2024
	(3 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	670.569	629.739
Constituição de provisão	182.045	693.122
Baixas de Provisão	(185.293)	(652.292)
Saldo Final	667.321	670.569

Notas Explicativas

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	03/2025	12/2024
Total	5.861.076	5.486.319
A vencer	4.297.202	3.917.182
Vencidos até 30 dias	444.294	372.836
Vencidos até 60 dias	220.235	123.183
Vencidos até 90 dias	136.984	149.653
Vencidos até 120 dias	86.512	105.426
Vencidos a mais de 120 dias	675.849	818.039

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	03/2025	12/2024
Total Estoques	329.537	293.529
Estoques	347.838	310.054
Aparelhos celulares e tablets	248.390	187.866
Acessórios e cartões pré-pagos	76.387	98.868
TIM chips	23.061	23.320
Perdas para ajuste ao valor de realização	(18.301)	(16.525)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	03/2025	12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	296.034	326.256
Imposto de renda	188.289	200.802
Contribuição social	107.745	125.454
Parcela circulante	(78.363)	(111.376)
Parcela não circulante	217.671	214.880

Notas Explicativas

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Naquele momento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 31 de março de 2025, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 130 milhões. No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e no mês de setembro de 2023, a Companhia obteve a habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil.

Em setembro de 2023, a Companhia realizou a reclassificação entre contas do ativo (Imposto de renda e contribuição social a recuperar e Imposto de renda e contribuição social diferidos) no montante de R\$156 milhões. Reconhecendo os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$114 milhões e R\$42 milhões, respectivamente. Além disso, no mesmo período, a TIM reclassificou R\$ 470 milhões de créditos para o circulante. Nos exercícios de 2023 e 2024, a empresa utilizou, respectivamente, R\$ 151 milhões e R\$ 231 milhões em créditos para compensação de tributos federais. No primeiro trimestre de 2025, foi realizada a compensação de R\$ 35 milhões desses créditos.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	03/2025	12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	116.031	46.610
Imposto de renda	41.602	-
Contribuição social	74.429	46.610
Parcela circulante	(116.031)	(46.610)

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	03/2025	12/2024
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	12.132
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	536.098	536.550
Provisão para perdas de crédito esperadas	257.372	257.645
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.303.540	1.230.521
Instrumentos financeiros derivativos	(44.893)	(274.140)
Juros capitalizados 4G e 5G	(237.846)	(246.621)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	744.295	730.015
Depreciação acelerada (iii)	(1.002.031)	(990.374)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	248.349	269.172
Ágio amortizado – Cozani (vi)	(427.333)	(388.245)
Outros ativos	304.088	287.234
Outros passivos	(94.407)	(92.779)
	<u>1.337.755</u>	<u>1.081.633</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.393.742</u>	<u>3.323.269</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.055.987)</u>	<u>(2.241.636)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2024 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2024 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representa a adição de novos contratos de leasing. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 1.002 milhões até 31 de março de 2025 (R\$ 990 milhões até 31 de dezembro de 2024).

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril/2022.

Notas Explicativas

(vi) No processo de aquisição da Empresa Cozani, foi registrado um ágio no valor de R\$2.636.426, que compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias esperadas decorrentes da aquisição. O ágio reconhecido já vem sendo deduzido para fins fiscais desde a data de incorporação societária da empresa Cozani na TIM S.A., ocorrida em 01 de abril de 2023. Tal incorporação ocorreu após devida anuência pela Anatel em fevereiro/23 pelo Ato n.º 3.535/2023 e conhecimento do Conselho de Administração da TIM S.A. em 31 de março de 2023 que referida incorporação e consequente extinção da Cozani eficazes em 1º de abril de 2023.

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 12 milhões em 31 de março de 2025 (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024).

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	03/2025	03/2024
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(186.621)	(109.663)
Contribuição social do período	(74.451)	(40.635)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	108.900	69.740
	(152.172)	(80.558)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	185.114	8.857
Contribuição social diferida	71.008	3.189
	256.122	12.046
	103.950	(68.512)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	03/2025	03/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	693.672	587.935
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(235.848)	(199.898)
(Adições) / exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(9.060)	(7.650)
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	2.033	2.649
Despesas não dedutíveis	(4.730)	(4.565)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	108.900	69.740
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	234.600	68.000
Outros valores	8.055	3.212
	339.798	131.386
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	103.950	(68.512)
Alíquota efetiva	(14,99) %	11,65%

Notas Explicativas

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	03/2025	12/2024
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.757.472	1.853.456
ICMS (i)	1.188.253	1.235.119
PIS / COFINS (ii)	272.308	330.019
IRRF sobre aplicações financeiras	93.013	93.008
ISS a recuperar	109.314	109.314
Outros	94.584	85.996
Parcela circulante	(847.571)	(946.103)
Parcela não circulante	909.901	907.353

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

10. Despesas antecipadas

	03/2025	12/2024
Despesas Antecipadas	938.135	562.141
Fistel (i)	256.908	-
Propagandas não veiculadas (ii)	132.870	20.331
Aluguéis e seguros	72.106	83.603
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	190.723	188.269
Despesas antecipadas contratuais (iv)	258.126	251.181
Outros	18.822	7.974
Parcela circulante	(659.148)	(280.851)
Parcela não circulante	278.987	281.290

Notas Explicativas

- (i) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.
- (ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
- (iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
- (iv) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	03/2025	12/2024
Depósitos judiciais	689.138	677.530
Cível	296.299	290.580
Trabalhista	55.894	54.954
Tributário	244.644	239.093
Regulatório	116	116
Penhora Online (i)	92.185	92.787

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor em discussão atualizado depositado em Juízo é de R\$ 89.490 (R\$ 88.147 em 31 de dezembro de 2024).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Notas Explicativas

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 244.644 (R\$ 239.093 em 31 de dezembro de 2024), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 41.070 (R\$40.533 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 6.071 (R\$ 5.982 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 26.845 (R\$ 26.339 em 31 de dezembro de 2024).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 12.848 (R\$ 12.699 em 31 de dezembro de 2024).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.197 (R\$ 12.974 em 31 de dezembro de 2024).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.940 (R\$ 3.903 em 31 de dezembro de 2024).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.169 (R\$ 4.123 em 31 de dezembro de 2024).
- (h) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 72.186 (R\$ 71.237 em 31 de dezembro de 2024).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 37.742 (R\$ 30.039 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 15.794 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2024).

12. Outros ativos financeiros

	03/2025	12/2024
Outros ativos financeiros	450.139	550.669
Subscrição bônus Banco C6 (i)	-	162.958
Fundo 5G (ii)	274.822	212.394
Bônus de subscrição (iii)	175.317	175.317
Parcela não circulante	450.139	550.669

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

(i) Em março de 2025, foi obtida aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) para o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação da Companhia, incluindo todas as ações e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, o bônus de subscrição teve sua baixa contábil integralmente realizada.

(ii) A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 275 milhões em 31 de março de 2025 (R\$ 212 milhões em 2024) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth” (“Fundo 5G”). Reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G

Deste montante total, vale destacar que em 16 de janeiro de 2025, Companhia realizou aporte de aproximadamente R\$ 85 milhões (R\$ 185 milhões até 2024), no Fundo 5G, reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G.

Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo e a Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(iii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia (“EXA”) para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Notas Explicativas

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. Esse direito deve ser exercido nos próximos 24 meses, após a realização de condições de exercício e aprovação societária.

13. Outros ativos

	03/2025	12/2024
Outros ativos	235.827	238.218
Adiantamento a empregados	38.331	3.819
Adiantamentos a fornecedores	1.697	48.008
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.249	23.260
Valores a receber projetos incentivados	27.252	27.391
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	93.418	80.610
Outros (i)	51.880	55.130
Parcela circulante	(206.046)	(208.313)
Parcela não circulante	29.781	29.905

- (i) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 8.552 (R\$ 8.267 em 31 de dezembro 2024); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 17.908 (R\$ 19.255 em 31 de dezembro 2024).

14. Investimento

A participação societária em coligada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Empresa, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

Notas Explicativas

	03/2025	12/2024
Ativo	2.096.586	2.134.912
Ativo circulante e não circulante	376.033	388.082
Ativo tangível e intangível	1.720.553	1.746.830
Passivo e Patrimônio Líquido	2.096.586	2.134.912
Passivo circulante e não circulante	771.938	755.882
Patrimônio líquido	1.324.648	1.379.030
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	607.882	634.529
Valor do investimento (nota 14.b)	1.341.639	1.368.286

	03/2025	12/2024
Prejuízo líquido do exercício/período	(54.381)	(167.145)
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(26.647)	(82.526)

a) Participação em empresa coligada

	Coligada	
	03/2025	12/2024
	I-Systems	I-Systems
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995
Participação no capital total	49%	49%
Patrimônio líquido	1.324.648	1.379.030
Prejuízo do período/exercício	(54.381)	(167.145)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.647)	(82.526)
Valor do investimento	1.341.639	1.368.286

Notas Explicativas

b) Mutação do investimento em empresa coligada:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2024	1.368.286
Resultado de equivalência patrimonial	(26.647)
Saldo do investimento em 31 de março de 2025	1.341.639

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	1.556.611	(70.283)	-	77.218.371
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(19.213)	830.183	42.008.136
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	294	792.277
Aparelhos em comodato	4.256.120	102	(474)	43.249	4.298.997
Infraestrutura	7.925.713	-	(4.113)	135.941	8.057.541
Bens de informática	1.806.939	-	(1.807)	1.725	1.806.857
Bens de uso geral	1.047.340	-	(517)	14.831	1.061.654
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	559.680	(43.899)	-	18.543.893
Terrenos	38.084	-	-	-	38.084
Obras em andamento	640.586	996.829	(260)	(1.026.223)	610.932
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(1.266.429)	23.381	-	(54.159.763)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(678.471)	17.604	-	(31.623.418)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(6.989)	-	-	(712.132)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(56.394)	86	-	(4.012.972)
Infraestrutura	(5.660.027)	(89.372)	3.533	-	(5.745.866)
Bens de informática	(1.748.687)	(7.894)	1.806	-	(1.754.775)
Bens de uso geral	(803.591)	(12.489)	352	-	(815.728)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(414.820)	-	-	(9.494.872)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	290.182	(46.902)	-	23.058.608
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(678.471)	(1.609)	830.183	10.384.718
Cabos de fibra ótica	86.840	(6.989)	-	294	80.145
Aparelhos em comodato	299.456	(56.292)	(388)	43.249	286.025
Infraestrutura	2.265.686	(89.372)	(580)	135.941	2.311.675
Bens de informática	58.252	(7.894)	(1)	1.725	52.082
Bens de uso geral	243.749	(12.489)	(165)	14.831	245.926
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	144.860	(43.899)	-	9.049.021
Terrenos	38.084	-	-	-	38.084
Obras em andamento	640.586	996.829	(260)	(1.026.223)	610.932

Notas Explicativas

	Saldo em 12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2024
Total do Custo do Imobilizado Bruto	70.343.331	1.761.159	(221.756)	-	71.882.734
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	(4.031)	(9.376)	1.065.251	39.326.088
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	3.159	789.921
Aparelhos em comodato	4.082.742	122	(750)	45.171	4.127.285
Infraestrutura	7.737.385	-	(4.420)	44.475	7.777.440
Bens de informática	1.803.782	-	(350)	989	1.804.421
Bens de uso geral	1.004.301	-	(256)	10.310	1.014.355
Direito de uso em arrendamentos	15.973.178	716.687	(206.554)	-	16.483.311
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.048.381	(50)	(1.169.355)	521.325
Total Depreciação Acumulada	(47.931.516)	(1.275.875)	14.106	-	(49.193.285)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(632.439)	9.095	-	(29.037.321)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(15.089)	-	-	(660.067)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(49.148)	269	-	(3.809.881)
Infraestrutura	(5.325.647)	(85.847)	4.213	-	(5.407.281)
Bens de informática	(1.715.818)	(9.925)	349	-	(1.725.394)
Bens de uso geral	(755.528)	(12.366)	180	-	(767.714)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(471.061)	-	-	(7.785.627)
Total Imobilizado Líquido	22.411.815	485.284	(207.650)	-	22.689.448
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(636.470)	(281)	1.065.251	10.288.767
Cabos de fibra ótica	141.784	(15.089)	-	3.159	129.854
Aparelhos em comodato	321.740	(49.026)	(481)	45.171	317.404
Infraestrutura	2.411.738	(85.847)	(207)	44.475	2.370.159
Bens de informática	87.964	(9.925)	(1)	989	79.027
Bens de uso geral	248.773	(12.366)	(76)	10.310	246.641
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	245.626	(206.554)	-	8.697.684
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.048.381	(50)	(1.169.355)	521.324

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	284.353	202.600	48.613	24.114	559.680
Remensuração	(29.513)	-	(9.210)	(5.176)	(43.899)
Depreciação	(180.300)	(43.581)	(72.761)	(118.178)	(414.820)
Saldos em 31 de março de 2025	4.661.662	1.325.162	1.969.169	1.093.028	9.049.021
Taxas de depreciação anual	9,22%	9,66%	8,70%	14,25%	

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	287.017	123.456	45.867	260.347	716.687
Remensuração	(93.980)	(1.782)	(110.792)	-	(206.554)
Depreciação	(197.326)	(36.151)	(112.158)	(125.426)	(471.061)
Saldos em 31 de março de 2024	4.672.860	918.914	2.174.624	931.286	8.697.684
Taxas de depreciação anual	12,20%	11,65%	12,45%	9,13%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos recebidos, que totalizam R\$ 4 milhões no primeiro trimestre de 2025 (R\$ 34 milhões no primeiro trimestre de 2024)

- Taxas de depreciação**

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	10 a 12

Em 2024, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Notas Explicativas

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, *ágio* e outros são demonstrados como segue.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, *ágios* em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2025
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	47.460.121	443.399	(1)	-	47.903.519
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1)	422.339	24.480.726
Autorizações	18.903.457	6.020	-	9.693	18.919.170
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	-	212.703
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	770	584.125
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	437.379	-	(432.802)	340.997
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(32.605.161)	(479.487)	1	-	(33.084.647)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(233.963)	1	-	(21.956.347)
Autorizações	(10.272.479)	(224.043)	-	-	(10.496.522)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(2.828)	-	-	(111.098)
Lista de clientes	(88.219)	(8.270)	-	-	(96.489)
Outros ativos	(413.808)	(10.383)	-	-	(424.191)
<u>Total Intangível Líquido</u>	14.854.960	(36.088)	-	-	14.818.872
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(233.963)	-	422.339	2.524.379
Autorizações (f)	8.630.978	(218.023)	-	9.693	8.422.648
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(2.828)	-	-	101.605
Lista de clientes	165.410	(8.270)	-	-	157.140
Outros ativos	169.547	(10.383)	-	770	159.934
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	437.379	-	(432.802)	340.997

Notas Explicativas

	Saldo em 12/2023	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 03/2024
Total Custo do Intangível Bruto	46.313.583	306.205	(159)	-	46.619.629
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	-	253.283	23.421.129
Autorizações	18.794.239	16.960	-	3.223	18.814.422
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	-	207.589
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	250	574.495
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	289.245	(159)	(256.756)	236.196
Total Amortização Acumulada	(30.688.542)	(478.878)	-	-	(31.167.420)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(235.578)	-	-	(21.021.286)
Autorizações	(9.377.907)	(221.977)	-	-	(9.599.884)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(2.700)	-	-	(99.874)
Lista de clientes	(55.137)	(8.271)	-	-	(63.408)
Outros ativos	(372.616)	(10.352)	-	-	(382.968)
Total Intangível Líquido	15.625.041	(172.673)	(159)	-	15.452.209
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(235.578)	-	253.283	2.399.843
Autorizações (f)	9.416.332	(205.017)	-	3.223	9.214.538
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(2.700)	-	-	107.715
Lista de clientes	198.492	(8.271)	-	-	190.221
Outros ativos	201.629	(10.352)	-	250	191.527
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	289.245	(159)	(256.756)	236.196

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

Notas Explicativas

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	03/2025	12/2024
Ágios registrados	3.112.169	3.112.169
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da “Intelig” pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Na nota 2.d, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Notas Explicativas

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado na unidade geradora de caixa que se espera ser beneficiadas pela combinação de negócios.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A, restando R\$108.172 do ágio em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A., empresa operacional do Grupo TIM no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G

No quarto trimestre de 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (“5G”), visto que a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, houve a constituição de entidades administradoras, as quais cumpriram com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão desembolsaram os valores previstos em edital para que tais entidades cumprissem com as obrigações definidas. tais obrigações eram previstas para a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa (“EAF”), e para a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (“EACE”).

Notas Explicativas

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em “Autorizações” dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), ocorreram em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tiveram correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente (“AVP”) no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadrou-se a radiofrequência de 3,5GHz. No segundo trimestre de 2023, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim, foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações. A Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic em 2023, incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade.

O efeito total no ativo intangível da Companhia em 31 de março de 2025 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas é de R\$4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2024), sendo que não há mais saldos de bens em andamento referente às licenças 5G desde o ano de 2023.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Em 31 de março de 2025, esse crédito é de R\$ 37.229 (R\$ 38.033 em 31 de dezembro de 2024).

18. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Notas Explicativas

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	03/2025	12/2024
LT Amazonas (i)	171.373	174.014
Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)	60.575	66.373
	231.948	240.387
Parcela circulante	(32.546)	(33.717)
Parcela não circulante	199.402	206.670

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	LT Amazonas	Subleasing "lojas revendas" – IFRS16	Total
Valores nominais	271.332	74.821	346.153
2025	24.805	20.051	44.856
2026	32.249	21.461	53.710
2027	32.249	15.625	47.874
2028	32.249	11.594	43.843
2029	32.249	5.808	38.057
2030 em diante	117.531	282	117.813
Valor presente	171.373	60.575	231.948

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

Notas Explicativas

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 16.273 (R\$ 16.264 no mesmo período de 2024).

Passivo

	03/2025	12/2024
LT Amazonas (i)	319.828	324.152
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.688.472	1.606.644
Outros (iii)	126.093	124.451
Subtotal	2.134.393	2.055.247
Outros arrendamentos: (iv)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	5.573.726	5.491.602
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.502.633	1.332.983
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.392.884	2.417.834
Arrendamentos – Fibra	1.183.425	1.278.180
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	10.652.668	10.520.599
Total	12.787.061	12.575.846
Parcela circulante	(1.577.413)	(1.629.698)
Parcela não circulante	<u>11.209.648</u>	<u>10.946.148</u>

O montante de juros pagos no período findo em 31 de março de 2025 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 317.533 (R\$ 293.789 no mesmo período de 2024).

No período findo em 31 de março de 2025, foi pago o montante de R\$ 31 milhões (R\$ 27 milhões no mesmo período de 2024), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

Notas Explicativas

	LT Amazonas	Venda de torres e "leaseback"	Outros	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	528.125	3.193.714	153.386	9.387.415	2.701.500	3.986.136	1.459.252	21.409.528
2025	59.698	239.958	34.462	1.270.584	322.826	519.657	462.606	2.909.791
2026	61.254	307.465	37.156	1.192.143	307.213	471.470	345.879	2.722.580
2027	61.254	307.188	32.067	1.125.094	282.853	446.691	317.942	2.573.089
2028	61.254	307.188	24.395	1.055.731	250.117	423.711	266.124	2.388.520
2029	61.254	307.188	14.590	901.235	210.646	369.328	66.701	1.930.942
2030 em diante	223.411	1.724.727	10.716	3.842.628	1.327.845	1.755.279	-	8.884.606
Valor presente	319.828	1.688.472	126.093	5.573.726	1.502.633	2.392.884	1.183.425	12.787.061

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros

Além dos contratos de arrendamentos citados, a Companhia também possui contratos de arrendamentos de torres que são parte das obrigações de leasing do contrato com empresas torreiras.

O valor presente, principal e de juros em 31 de março 2025 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 12,21% (11,88% em 2024).

Notas Explicativas

(iv) Outros arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 7.236 em 31 de março de 2025 (R\$ 7.383 no mesmo período em 2024).

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	03/2025	12/2024
Fornecedores	4.532.861	4.986.912
Moeda nacional	3.719.997	4.233.754
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.641.715	4.157.887
Interconexão (ii)	47.429	44.759
Roaming (iii)	6.297	4.667
Co-billing (iv)	24.556	26.441
Moeda estrangeira	812.864	753.158
Fornecedores de materiais e serviços (i)	218.579	267.723
Roaming (iii)	594.285	485.435
Parcela Circulante	4.532.861	4.986.912

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores de materiais e serviços e já foram integralmente pagos pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui aproximadamente R\$ 89 milhões (R\$ 429 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionados a operação de risco sacado.

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

20. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	03/2025	12/2024
Renovação de autorizações (i)	285.568	279.548
Dívida ANATEL atualizada (ii)	214.499	209.538
Autorizações a pagar (iii)	966.280	990.696
	1.466.347	1.479.782
Parcela circulante	(302.700)	(299.354)
Parcela não circulante	1.163.647	1.180.428

- (i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2025, os saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 285.568 (R\$ 279.548 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 215 milhões em 31 de março de 2025 (210 milhões em 31 de dezembro de 2024), o qual ainda está pendente de julgamento.

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração (“Leilão 5G”), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

As autorizações a pagar em 31 de março de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	03/2025
2026	325.211
2027	63.930
2028	63.930
2029	63.930
2030	63.930
2031	58.213
2032 em diante	524.503
	1.163.647

Notas Explicativas

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2025, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração									
Termos de Autorização	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>	<u>2,3GHz (5G)</u>	<u>3,5GHz (5G)</u>	<u>26GHz (5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro/ 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro/ 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Notas Explicativas

Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	03/2025	12/2024
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,17826% a.a.	Dez/25	30.899	32.820
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	2.015.141	1.956.307
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	373.238	385.592
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	541.231	585.129
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	47.492	75.653
Total				3.008.001	3.035.501
Circulante				(338.673)	(348.353)
Não circulante				2.669.328	2.687.148

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

³ A dívida junto ao KFW Finnvera teve seu indexador aditado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º *fixing* válido a partir de janeiro de 2024.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

Conforme cronograma estabelecido para os vencimentos das dívidas da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, procedeu-se a liquidação, em seus vencimentos originais. Por outro lado, realizou-se ingresso de R\$ 387 milhões de reais (maio de 2024) e R\$ 116 milhões de reais (julho de 2024), sob contrato anteriormente assinado junto ao BNB, encargos financeiros inferiores a 57% do CDI, reduzindo o custo ponderado dos financiamentos da Companhia.

Notas Explicativas

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de março de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valor nominal
2026	849.042
2027	904.776
2028	753.493
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.921
	<u>2.669.328</u>

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2025	282.938
2026	904.776
2027	904.776
2028	753.493
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.922
	<u>3.008.001</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. São financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores.

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	03/2025	12/2024
Debêntures	2.043.706	1.976.088
BNDES	374.352	386.743
BNB	542.521	586.525

Notas Explicativas

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	03/2025	12/2024
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.118.434	3.926.854
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	275.501	279.776
Impostos e Taxas ANATEL (i)	3.605.623	3.389.167
Imposto sobre Serviço - ISS	66.477	72.274
PIS / COFINS	51.708	51.294
Outros (ii)	119.125	134.343
Parcela circulante	(4.080.419)	(3.888.568)
Parcela não circulante	38.015	38.286

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 31 de março de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$3.594 milhões, sendo R\$2.788 milhões de principal e R\$806 milhões de juros moratórios (em 31 dezembro de 2024, o total era de R\$3.377 milhões, sendo R\$2.650 milhões de principal e R\$727 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente ao IRRF sobre JSCP aprovados em 24 de março de 2025, no montante de R\$ 73.500 (R\$96.088 em dezembro de 2024).

23. Receitas diferidas

	03/2025	12/2024
Receitas diferidas	820.613	839.867
Serviços a prestar pré-pago (i)	168.476	172.824
Receitas antecipadas	33.987	35.510
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	559.016	572.540
Passivo contratual (iii)	59.134	58.993
Parcela circulante	(276.521)	(280.422)
Parcela não circulante	544.092	559.445

Notas Explicativas

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 18).

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentados abaixo:

	03/2025	12/2024
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.906.969	2.752.504
Ativo contratual (nota 6)	22.586	24.027
Passivo contratual	(59.134)	(58.993)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2025	(34.966)
Adições	(4.088)
Baixas	2.506
Saldo em 31 de março de 2025	(36.548)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026	2027
Ativo (passivo) contratual	(21.106)	(14.960)	(482)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Notas Explicativas

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	03/2025	12/2024
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.553.935	1.564.293
Cível (a)	562.109	561.199
Trabalhistas (b)	202.355	209.098
Tributária (c)	754.716	759.584
Regulatória (d)	34.755	34.412

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	dez-24	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-25
	1.564.293	63.968	(105.379)	31.053	1.553.935
Cível (a)	561.199	23.870	(40.240)	17.280	562.109
Trabalhistas (b)	209.098	13.858	(33.387)	12.786	202.355
Tributária (c)	759.584	26.247	(31.708)	593	754.716
Regulatória (d)	34.412	(7)	(44)	394	34.755

	dez-23	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-24
	1.410.299	89.609	(62.817)	92.163	1.529.254
Cível (a)	498.180	17.232	(22.416)	19.715	512.711
Trabalhistas (b)	212.929	14.000	(22.609)	10.929	215.249
Tributária (c)	666.209	58.229	(17.704)	61.141	767.875
Regulatória (d)	32.981	148	(88)	378	33.419

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

Notas Explicativas

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 148.056 (R\$ 148.429 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa; e (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. O montante provisionado equivale a R\$ 336.932 (R\$321.156 em 31 de dezembro de 2024).

A TIM é ré em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. O valor principal da condenação objeto de provisão é de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 169 milhões atualizados monetariamente em 31 de março de 2025. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal, mas os recursos foram negados. Depois, apresentou Recursos Extraordinários ao STF, que ainda aguardam julgamento.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 36.123 (R\$ 51.519 em 31 de dezembro de 2024).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 21.407 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 1.848 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 17.743 (R\$ 17.502 em 31 de dezembro de 2024).

b. Processos trabalhistas e previdenciários

b.1 Trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.655 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2025 (1.545 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 172.977 atualizado monetariamente (R\$ 184.343 em 31 de dezembro de 2024).

b.2 Previdenciário

A Companhia é parte de 29 ações em 31 de março de 2025 (24 em 31 de dezembro de 2024) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 29.378 (R\$ 24.755 em 31 de dezembro de 2024).

c. Processos tributários

	03/2025	12/2024
Tributos Federais	326.486	321.404
Tributos Estaduais	345.821	357.011
Tributos Municipais	11.456	10.216
Processos TIM S.A. (Purchase price allocation)	70.953	70.953
	<u>754.716</u>	<u>759.584</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.740 (R\$ 4.690 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 47.893 (R\$ 47.232 em 31 de dezembro de 2024).

- (iii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 18.399 (R\$ 18.142 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de 72.400 (R\$ 71.450 em 31 de dezembro de 2024).

- (iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 67.125 (R\$ 65.772 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 21.412 (R\$ 21.137 em 31 de dezembro de 2024).

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e cinquenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 28.057 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 101.719 (R\$ 100.133 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.769 (R\$ 50.192 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal;
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 35.473 (R\$ 48.751 em 31 de dezembro de 2024); A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal.
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 68.117 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2024);
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.302 (R\$ 15.005 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.596 (R\$ 24.316 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal.
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.385 (R\$ 5.288 em 31 de dezembro de 2024).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2024).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2025, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADOs”), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 34.755 (R\$ 34.412 em 31 de dezembro de 2024).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	03/2025	12/2024
	25.086.583	24.528.974
Cível (e.1)	1.613.339	1.598.166
Trabalhista e previdenciária (e.2)	446.474	378.286
Tributária (e.3)	22.685.583	22.239.407
Regulatória (e.4)	341.187	313.115

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

e.1. Cíveis

	03/2025	12/2024
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	166.672	165.408
ANATEL (e.1.2)	372.697	364.264
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	541.494	537.630
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	294.280	298.216
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	88.502	84.926
Outros (e.1.6)	149.694	147.722
	<u>1.613.339</u>	<u>1.598.166</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatização indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outras matérias: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs).

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

Notas Explicativas

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidaria, no valor total atualizado de R\$ 68.888 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024).

e.2.2. Trabalhistas

Há 2.142 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2025 (2.018 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 377.586 (R\$ 267.860 em 31 de dezembro de 2024). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.3. Tributárias

	03/2025	12/2024
	22.685.583	22.239.407
Tributos Federais (e.3.1)	4.936.678	5.084.626
Tributos Estaduais (e.3.2)	11.599.082	11.106.211
Tributos Municipais (e.3.3)	1.918.533	1.876.629
FUST, FUNTEL e EBC (e.3.4)	4.231.290	4.171.941

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 15.583.302 (R\$ 15.041.050 em 31 de dezembro de 2024).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$4.936.678 em 31 de março de 2025 (R\$ 5.084.626 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

Notas Explicativas

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Atualmente, o valor classificado como risco possível é de R\$ 1.663.782 (R\$ 1.836.078 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.645.242 (R\$ 1.599.761 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 264.575 (R\$ 259.073 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 82.454 (R\$ 81.398 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 294.520 (R\$ 289.098 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 336.322 (R\$ 331.962 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 319.262 (R\$ 310.737 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2025 é de R\$ 11.599.082 (R\$ 11.106.211 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.447.727 (R\$ 1.422.103 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 500.446 (R\$ 490.283 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 846.870 (R\$ 830.234 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. Em 31 de março de 2025, o montante envolvido é de R\$ 4.514.709 (R\$ 4.511.091 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 79.129 (R\$ 77.999 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.174.142 (R\$1.122.373 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 1.367.519 (R\$ 1.041.955 em 31 de dezembro de 2024).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 216.880 (R\$ 165.459 em 31 de dezembro de 2024).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 246.088 (R\$ 241.433 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs" (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.918.533 em 31 de março de 2025 (R\$ 1.876.629 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.592.505 (R\$1.558.393 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 100.725 (R\$ 98.781 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 176.059 (R\$ 170.074 em 31 de dezembro de 2024).

e.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.231.290 (R\$ 4.171.941 em 31 de dezembro de 2024). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2025, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 341.187 (R\$ 313.115 em 31 de dezembro de 2024).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

O Termo previa ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contemplava o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos – sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Em junho de 2024, encerrou-se a vigência do TAC TIM, no entanto, em virtude do evento climático adverso que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, para 19 municípios situados naquele Estado foi estendido o prazo de atendimento, neste particular, até 30 de setembro de 2024, cujo novo Termo Aditivo ao TAC foi formalizado entre as partes, tendo a Companhia adotado todas as medidas voltadas ao cumprimento neste último prazo pactuado com a Agência.

A Companhia vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência aponta indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Notas Explicativas

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2025, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024). As ações não possuem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	03/2025	12/2024
	379.330	373.020
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	25.726	19.416

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Notas Explicativas

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de março de 2025, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.702.955 (R\$2.702.955 em 31 de dezembro de 2024).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2024
Lucro líquido do exercício	3.153.881
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(340.716)
(-) Constituição da reserva legal	(140.659)
Lucro líquido ajustado	2.672.506
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	668.127
Composição dos dividendos a pagar e JSCP:	
Juros sobre capital próprio (i)	1.450.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.450.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(213.574)
Total de dividendos e JSCP líquidos	1.236.426
Dividendos adicionais (i)	2.050.000
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	3.286.426

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2024, foram distribuídos os montantes de R\$1.450.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$2.050.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025, totalizando R\$ 3.500.000.

Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$690.000 de juros sobre capital próprio.

Os valores destinados até 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/03/2024	22/04/2024	200.000
14/06/2024	23/07/2024	300.000
17/09/2024	23/10/2024	300.000
17/12/2024	23/01/2025	650.000
10/02/2025 (i)	22/04/2025 23/07/2025 e 23/10/2025	2.050.000
Total 2024		3.500.000
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
Total 2025		690.000

Notas Explicativas

(i) Os dividendos base 2024 foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025.

Até 31 de março de 2025, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante de R\$ 452.837 (R\$ 436.190 no mesmo período de 2024) aos acionistas controladores e R\$ 217.207 (R\$ 208.922 no mesmo período de 2024) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 31 de março de 2025 é de R\$ 0,28 (R\$ 0,27 no mesmo período de 2024).

O saldo em 31 de março de 2025 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$2.764.069 (R\$671.525 em 31 de dezembro 2024) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$127.381 (R\$117.613 em 31 de dezembro 2024) além do montante de R\$2.050.000 de dividendos adicionais, referente ao exercício de 2024, aprovados em 2025 e R\$ 690.000 (R\$ 586.688 líquidos) de JSCP referentes a 2025.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Notas Explicativas

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (mar/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.341
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.097.732
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426.595
Total	4.015.564			2.666.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666.668
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,16												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/23)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (mar/24)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.535.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.282)	1.521.322
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.432)	760.870
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	821.942
Total	6.220.315			3.128.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.714)	3.104.134
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 12,85												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.

Em 31 de março de 2025, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 6.310 (R\$ 4.544 em 31 de março de 2024). No primeiro trimestre de 2025, a Companhia não efetuou pagamentos aos participantes em dinheiro referente ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Notas Explicativas

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente cinco milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$21.680 (R\$ 31.186 no mesmo período de 2024).

Em relação a parceria financeira, foi instaurado em julho de 2021 o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual foi discutido a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes.

Em 11 de fevereiro de 2025, a TIM e o Banco C6 celebraram um acordo com o objetivo de encerrar todas as disputas relacionadas à parceria entre as Companhias. Esse Acordo previa a extinção da Parceria.

Em março de 2025, a Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) aprovou o referido acordo confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso.

Notas Explicativas

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Notas Explicativas

	03/2025	03/2024
Receita operacional líquida	6.393.641	6.095.529
Receita operacional bruta	9.467.889	8.710.389
Receita de serviços	9.169.010	8.323.831
Receita de serviços - Móvel	8.678.415	7.838.541
Receita de serviços – Fixa	490.595	485.290
Venda de mercadorias	298.879	386.558
Deduções da receita bruta	(3.074.248)	(2.614.860)
Impostos incidentes	(1.007.386)	(958.904)
Descontos concedidos	(2.064.473)	(1.652.630)
Devoluções e outros	(2.389)	(3.326)

28. Custos e despesas operacionais

	03/2025				03/2024			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(3.084.002)	(1.489.229)	(435.666)	(5.008.897)	(2.952.881)	(1.465.720)	(448.639)	(4.867.240)
Pessoal	(10.749)	(241.726)	(105.538)	(358.013)	(11.434)	(225.118)	(127.675)	(364.227)
Serviços de terceiros	(176.435)	(521.318)	(205.424)	(903.177)	(175.539)	(533.554)	(194.570)	(903.663)
Interconexão e meios de conexão	(973.817)	-	-	(973.817)	(791.707)	-	-	(791.707)
Depreciação e amortização	(1.542.858)	(102.910)	(100.148)	(1.745.916)	(1.558.989)	(94.918)	(100.850)	(1.754.757)
Impostos, taxas e contribuições	(39.481)	(219.538)	(11.013)	(270.032)	(35.427)	(234.476)	(9.956)	(279.859)
Aluguéis e seguros	(130.789)	(39.948)	(8.732)	(179.469)	(130.965)	(40.230)	(7.690)	(178.885)
Custo das mercadorias vendidas	(208.748)	-	-	(208.748)	(247.693)	-	-	(247.693)
Publicidade e propaganda	-	(168.844)	-	(168.844)	-	(160.288)	-	(160.288)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(182.045)	-	(182.045)	-	(165.697)	-	(165.697)
Outros	(1.125)	(12.900)	(4.811)	(18.836)	(1.127)	(11.439)	(7.898)	(20.464)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 8.452 (R\$ 5.544 no mesmo período de 2024). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	03/2025	03/2024
Receitas		
Multas s/ serviços de telecomunicações	26.961	22.980
Receita na alienação de ativos	1.438	822
Outras receitas (i)	17.546	18.012
	45.945	41.814
Despesas		
FUST/FUNTEL (ii)	(40.548)	(39.107)
Impostos, taxas e contribuições	(6.857)	(4.022)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(58.011)	(83.625)
Despesa na alienação de ativos	(2.524)	(862)
Outras despesas	(3.964)	(7.058)
	(111.904)	(134.674)
Outras receitas (despesas), líquidas	(65.959)	(92.860)

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 18), sendo R\$ 13.524 em 31 de março de 2025 (R\$ 13.524 no mesmo período de 2024).
- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	03/2025	03/2024
Receitas financeiras	305.305	221.180
Juros sobre aplicações financeiras	167.114	105.943
Juros de clientes	9.081	10.958
Juros swap (ii)	87.766	78.620
Juros sobre arrendamento	7.083	7.032
Atualização monetária (i)	29.384	18.227
Outras receitas	4.877	400

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

Notas Explicativas

31. Despesas financeiras

	03/2025	03/2024
Despesas financeiras	(870.530)	(754.056)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(80.402)	(77.293)
Juros sobre impostos e taxas	(79.812)	(59.946)
Juros swap	(93.270)	(101.802)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(379.446)	(348.934)
Atualização monetária (i)	(41.432)	(93.666)
Descontos concedidos	(11.638)	(9.081)
Outros derivativos (ii)	(165.780)	-
Outras despesas	(18.750)	(63.334)

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$38.298, vide nota 24 (R\$92.163 no mesmo período de 2024); e

(ii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.

32. Variação cambial, líquida

	03/2025	03/2024
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (i)	2.401	-
Fornecedores	32.074	1.250
Swap (ii)	-	18.073
Outros	16.062	11.949
	50.537	31.272
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (i)	-	(18.073)
Fornecedores	(16.703)	(4.255)
Swap (ii)	(2.401)	-
Outros	(64.674)	(1.061)
	(83.778)	(23.389)
Variações cambiais, líquidas	(33.241)	7.883

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 36).

33. Lucro por ação

(a) Básico

Notas Explicativas

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	03/2025	03/2024
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	797.622	519.423
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.740	2.420.762
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,33	0,21

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	03/2025	03/2024
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	797.622	519.423
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.843	2.421.012
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,33	0,21

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 103 milhares (250 milhares em 31 de março de 2024) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, considera que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) não resultará em alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) não modificará os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) não implicará alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

Notas Explicativas

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresas controladas e coligadas são os seguintes:

	Ativo	
	03/2025	12/2024
Telecom Italia Sparkle (i)	5.658	10.188
Gruppo Havas (vi)	121.951	12.831
TI Sparkle (iii)	30	28
TIM Brasil (vii)	23.249	23.260
Telecom Italia S.p.A. (ii)	33.454	24.962
I-Systems (ix)	45.816	45.907
Outros	96	97
Total	230.254	117.273

	Passivo	
	03/2025	12/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	118.037	154.729
Telecom Italia Sparkle (i)	4.447	11.599
TI Sparkle (iii)	14.198	11.290
TIM Brasil (iv)	10.866	10.858
Grupo Vivendi (v)	1.151	1.152
Gruppo Havas (vi)	77.904	104.757
I-Systems (viii)	59.728	58.613
TIM Brasil (x)	1.756.299	367.943
Outros	4.495	3.865
Total	2.047.125	724.806

	Receita	
	03/2025	03/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	9.981	59
Telecom Italia Sparkle (i)	1.361	1.689
TI Sparkle (iii)	82	84
I Systems (ix)	423	276
Total	11.847	2.108

Notas Explicativas

	Custo/Despesa	
	03/2025	03/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	47.081	31.336
Telecom Italia Sparkle (i)	1.183	2.653
TI Sparkle (iii)	3.093	5.071
Grupo Vivendi (v)	1.149	1.107
Gruppo Havas (vi)	126.923	141.549
I-Systems (viii)	102.835	106.425
Outros	8.599	4.760
Total	290.863	292.901

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 99.433 (R\$ 130.194 em 31 de março de 2024), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de março de 2025, a Companhia investiu R\$ 1.154 (em 31 de março de 2024, não há valores investidos).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

Notas Explicativas

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	03/2025	03/2024
Benefícios de curto prazo	6.625	6.248
Remuneração baseada em ações	3.289	2.806
	9.914	9.054

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 18 e 21.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Notas Explicativas

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	03/2025		12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	397.432	245.085	379.888	224.275
Outros derivativos (i)	-	-	522.822	-
	397.432	245.085	902.710	224.275
Parcela circulante	(397.432)	(245.085)	(379.888)	(224.275)
Parcela não circulante	-	-	522.822	-

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representavam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que corresponde a R\$ 523 milhões.

Em março de 2025, após a obtenção da aprovação da CIMA, foi aprovado o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação incluindo todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação (nota 36) detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, a participação societária e os bônus de subscrição tiveram sua baixa contábil integralmente realizada, com o registro de valores a receber (vide nota 6).

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 18.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

03/2025			
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.779.828	572.749	3.352.577
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.779.828	572.749	3.352.577
Instrumentos financeiros derivativos	-	397.432	397.432
Títulos e valores mobiliários	2.505.006	-	2.505.006
Outros ativos financeiros	274.822	175.317	450.139
Total do passivo	-	245.085	245.085
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	245.085	245.085
Instrumentos financeiros derivativos	-	245.085	245.085

12/2024			
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Instrumentos financeiros derivativos	-	379.888	379.888
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	2.449.682	-	2.449.682
Outros ativos financeiros	212.394	338.275	550.669
Total do passivo	-	224.275	224.275
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	224.275	224.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	224.275	224.275

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de março de 2025, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Baseado na evolução obrigatória de mercado, efetuamos a transição do índice de nossa dívida junto ao KFW/Finnvera, passando de *Libor* para SOFR.

Da mesma forma, para mantermos a proteção, efetuamos a migração da operação de swap junto ao Bank of America, até então, baseada em *Libor*, passando a partir de janeiro de 2024 também para SOFR. Transição sem nenhum efeito em caixa e com o mesmo custo em percentual do CDI original.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de março de 2025

Notas Explicativas

CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	31.110	31.110	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	541.231	542.521	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.031.079	2.043.706	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	373.238	374.352	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2024

CONTRAPARTE				% Cobertura		TAXAS MÉDIAS SWAP		
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	Ponta Ativa		Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	33.031	33.031	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	585.129	586.525	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.972.245	1.976.088	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	385.592	386.743	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), SOFR e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da SOFR e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Notas Explicativas

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
mar/25		2.742.994	-	2.742.994	(2.590.346)	152.648	-	-
CDI	provável	2.742.994	-	2.742.994	(2.590.346)	152.648	-	-
	possível	2.742.994	-	2.742.994	(2.597.063)	145.931	(6.717)	(6.717)
	remoto	2.742.994	-	2.742.994	(2.604.213)	138.781	(13.867)	(13.867)
USD	provável	2.742.994	-	2.742.994	(2.590.346)	152.648	-	-
	possível	2.750.781	7.787	2.750.781	(2.590.346)	160.435	7.787	-
	remoto	2.758.568	15.573	2.758.568	(2.590.346)	168.222	15.573	-
SOFR	provável	2.742.994	-	2.742.994	(2.590.346)	152.648	-	-
	possível	2.743.287	293	2.743.287	(2.590.346)	152.941	293	-
	remoto	2.743.581	586	2.743.581	(2.590.346)	153.235	586	-
IPCA	provável	2.742.994	-	2.742.994	(2.590.346)	152.648	-	-
	possível	2.642.933	(100.061)	2.642.933	(2.590.346)	52.587	(100.061)	-
	remoto	2.549.137	(193.857)	2.549.137	(2.590.346)	(41.209)	(193.857)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) KFW Finnvera, BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	USD	SOFR	IPCA
CDI	Provável	14,15%	5,7422	5,09%	5,48%
	Possível	17,69%	5,7422	5,09%	5,48%
	Remoto	21,23%	5,7422	5,09%	5,48%
USD	Provável	14,15%	5,7422	5,09%	5,48%
	Possível	14,15%	7,1778	5,09%	5,48%
	Remoto	14,15%	8,6133	5,09%	5,48%
SOFR	Provável	14,15%	5,7422	5,09%	5,48%
	Possível	14,15%	5,7422	6,36%	5,48%
	Remoto	14,15%	5,7422	7,63%	5,48%
IPCA	Provável	14,15%	5,7422	5,09%	5,48%
	Possível	14,15%	5,7422	5,09%	6,85%
	Remoto	14,15%	5,7422	5,09%	8,22%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Notas Explicativas

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2025 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2025	03/2024
Resultado líquido em operações de derivativos	(7.904)	(5.109)
Resultado de operações com outros derivativos	(165.780)	-

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (i)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	671.953	-
Cancelamentos/Encerrados (i)	-	(57.466)	522.822
Encargos financeiros	80.853	388.647	5.503
Variações cambiais, líquidas	(2.401)	-	2.401
Pagamentos principal	(98.956)	(401.805)	-
Pagamentos de juros	(6.996)	(390.114)	(4.639)
31 de março de 2025	3.008.001	12.787.061	(152.347)

(i) Refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período, vide nota 12.

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (i)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)
Ingressos	-	763.281	-
Cancelamentos	-	(225.079)	-
Encargos financeiros	77.758	366.190	23.182
Variações cambiais, líquidas	18.073		(18.073)
Pagamentos principal	(588.841)	(408.789)	10.571
Pagamentos de juros	(30.054)	(358.895)	(15.085)
31 de março de 2024	3.247.882	12.393.483	(567.103)

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, inclui pagamentos de multas no montante de R\$ 31 milhões (R\$ 26 milhões no mesmo período de 2024).

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	03/2025	12/2024
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	3.461	3.461

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

Notas Explicativas

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2025, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 629.071
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 90.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	03/2025	03/2024
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(664.702)	(716.687)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	671.953	763.281
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(2.740.000)	(1.510.000)
Valores a receber - Acordo C6	468.000	-

40. Eventos subsequentes

Distribuição de JSCP

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 5 de maio de 2025, a distribuição de R\$ 300.000 a título de Juros sobre Capital Próprio. O pagamento ocorrerá até 23 de julho de 2025, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, será em 21 de maio de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
Tim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tim S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC RJ-090794/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 31 de março de 2025 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Ademais, os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, com base nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia, também opinaram favoravelmente sobre a apresentação, ao Conselho de Administração, da proposta de distribuição de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) à razão do valor bruto de R\$0,124084855 (zero vírgula, um, dois, quatro, zero, oito, quatro, oito, cinco, cinco centavos) por ação, para pagamento até o dia 23 de julho de 2025, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 21 de maio de 2025 para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2025.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2025.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2025.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer